

MISSÃO MONTAGU

Missão financeira inglesa chefiada por Edwin Samuel Montagu que chegou ao Rio de Janeiro em 30 de dezembro de 1923, durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926). O objetivo era avaliar o estado das finanças do Brasil, que solicitava um empréstimo aos banqueiros ingleses.

ORIGENS E RESULTADOS

Diante das dificuldades financeiras que o país vinha enfrentando desde o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o governo de Artur Bernardes, logo após tomar posse em 15 de novembro de 1922, formulou um programa de política econômica para restaurar as finanças e a economia do país. Os principais pontos do programa eram a liquidação da dívida com o Banco do Brasil, a implementação do Plano de Defesa Permanente do Café e a criação de um banco central para gerir a volta ao padrão-ouro e a revalorização da taxa de câmbio corrente. A criação de um banco central ajudaria a viabilizar os outros pontos do programa. De acordo com Winston Fritsch, “o projeto consistia em conceder ao Banco do Brasil poderes exclusivos de emissão de moeda, devendo as emissões ser lastreadas parte por ouro – um terço de seu valor – e parte por títulos comerciais. Por outro lado, o esquema contribuía para a redução da dívida do governo com o Banco do Brasil, pois o lastro em ouro das emissões seria constituído pelas reservas de ouro do Tesouro”. O projeto também viabilizaria financeiramente o Plano de Defesa do Café.

A persistência das dificuldades, com fortes pressões sobre o câmbio, levou o governo, em setembro de 1923, a propor aos banqueiros de Londres um empréstimo de 25 milhões de libras com a finalidade de liquidar a dívida flutuante e colocar as finanças brasileiras em ordem. Os banqueiros ingleses condicionaram o empréstimo a uma avaliação do estado das finanças, a ser feita por representantes ingleses. Foi assim que surgiu a idéia de uma missão que viria ao Brasil para estudar as modificações que deveriam ser feitas na estrutura

institucional e operacional de implementação das políticas monetária, fiscal e do café, para que o país tivesse condições de amortizar a dívida externa. Na verdade, o objetivo da missão era fornecer informações aos banqueiros para que eles se habilitassem a prestar assistência ao governo brasileiro.

Os membros da missão foram escolhidos pelo **banqueiro** Rothschild. O chefe da missão, **Edwin Samuel Montagu**, era o antigo secretário das Finanças do Tesouro e secretário de Estado para a Índia, coautor das reformas constitucionais do pós-Primeira Guerra naquele país. Os outros membros eram Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente do Hong-Kong and Shanghai Bank; Lord Lovat, homem com **interesses em terras e plantações de algodão**; Hartley Withers, antigo editor de *The Economist*, e Sir William McLintock, sócio de uma das maiores firmas inglesas de contabilidade e auditoria. Por outro lado, Sir Henry Lynch, industrial inglês e representante permanente dos Rothschild no Rio de Janeiro, atuou como elemento de ligação entre a missão e o governo brasileiro, servindo de intérprete durante as negociações.

As negociações entre Montagu e Sampaio Vidal, ministro da Fazenda, e Cincinato Braga, presidente do Banco do Brasil, levaram a missão a propor, entre outras medidas, introduzir um novo sistema de procedimentos orçamentários, ou seja, reformar as técnicas do orçamento federal de modo a permitir que o governo efetivamente implementasse uma política fiscal mais restritiva. A missão acreditava ser importante uma redução definitiva nos gastos públicos. Uma segunda preocupação dos ingleses era diminuir o endividamento externo excessivo dos estados e municípios. Pretendiam que o governo brasileiro exercesse alguma forma de controle sobre os empréstimos externos públicos não federais, proposta que encontrou forte oposição dos estados. A terceira questão era a política brasileira do café. Os Rothschild não simpatizavam com a política de sustentação dos preços, a não ser em circunstâncias especiais. A quarta questão que iria ser tratada pela missão seria a possibilidade de um tratado comercial anglo-brasileiro com cláusula de nação mais favorecida, proposta que já havia sido apresentada em outros momentos e recusada pelo Brasil. Os ingleses queriam que suas mercadorias tivessem um tratamento mais favorável.

Essa questão foi abandonada pela missão.

Outro tema tratado foi como minimizar o valor total em libras do empréstimo solicitado, dada a quantia de que o Brasil necessitava. Para os ingleses, a solução estaria em induzir o governo a levantar o que pudesse através de uma emissão interna de títulos em mil-réis e a alienar alguns de seus ativos vendáveis. Havia um interesse especial da missão no Lloyd Brasileiro e na Central do Brasil. No entanto, o governo brasileiro não tinha intenção de vender ou arrendar essas duas companhias, pois isso despertaria forte oposição interna. Preocupava também a missão o controle exercido pelo governo sobre o valor dos fretes ferroviários. As estradas de ferro inglesas não tinham conseguido a elevação de seus fretes para compensar a redução de lucros em libras causada pela forte desvalorização cambial pós-Primeira Guerra. Outra questão discutida foi como mudar o plano siderúrgico do governo. A criação de uma indústria siderúrgica **estatal**, que tinha em Bernardes um de seus grandes defensores, era condenada pelos **ingleses, para quem o empreendimento deveria ser realizado com capital privado nacional e recursos externos, sem qualquer ingerência do Estado**. Outra recomendação da missão foi a modificação da regulamentação do imposto de renda, **que seria** consubstanciada no Decreto nº 17.390, de 26 de julho de 1926. Foram incorporadas àquele tributo as rendas provenientes de atividades agrícolas, das indústrias extrativas de produtos vegetais e animais e os capitais imobiliários. Até então, todo o setor rural estava excluído do processo fiscal. Por último, o ponto mais importante para Montagu era encontrar algum modo de controle, pelos banqueiros, sobre a política financeira brasileira.

Um dos pontos que retiveram a atenção da missão foi a possibilidade de influência inglesa sobre o Banco do Brasil. A idéia era propor a venda da participação de 52% que o governo mantinha no banco como forma de impor uma disciplina orçamentária. Os banqueiros ingleses queriam evitar novas desvalorizações cambiais, já que o banco tinha, em épocas normais, influência decisiva sobre os mercados brasileiros de câmbio. Como o governo brasileiro desejava financiar sua dívida – que era basicamente devida ao Banco do Brasil –, a venda das ações do governo poderia ser empregada para saldá-la. Ao serem informados

da proposta de Montagu, os banqueiros ingleses responderam que seria excelente o Banco do Brasil ser independente do governo; entretanto, não aconselharam tal solução, pois seria muito impopular no Brasil existir um Banco do Brasil de propriedade de estrangeiros. Recomendaram que a proposta fosse feita pelo governo brasileiro.

No dia 29 de junho de 1924, o *Diário Oficial* publicou o relatório da Missão Montagu com suas principais recomendações. Violenta foi a reação interna ao relatório, da parte dos grupos de oposição e da imprensa. O diagnóstico foi considerado uma ingerência na vida do país. O Brasil estaria recebendo o mesmo tratamento que a Inglaterra dispensava às suas colônias.

No momento em que governo brasileiro tentava uma reforma constitucional para viabilizar a implementação, com algumas adaptações, das medidas propostas pela missão, recebeu a informação de que o empréstimo tinha sido bloqueado, como consequência indireta de uma decisão política interna do governo inglês: o embargo ao lançamento de títulos de governos estrangeiros em Londres, visando ao fortalecimento da libra para preparar seu retorno ao padrão-ouro, à paridade de antes da guerra. Diante do recuo dos ingleses, da elevação do custo de vida e da posição externa brasileira vulnerável, o governo Bernardes decidiu tomar medidas de ajuste deflacionário. Ficou decidido, como mostra Winston Fritsch, “o recolhimento das notas do Tesouro em circulação – juntamente com um corte drástico no volume de operações de redesconto do Banco que colocaria as emissões de suas notas novamente dentro dos limites legais durante o primeiro semestre de 1925 e seria implacavelmente seguido nos 20 meses seguintes. Até novembro de 1926, quando essa política seria finalmente abandonada, a base monetária seria reduzida em 14%, causando uma contração de 11% no volume de meios de pagamento”.

Outra alteração introduzida pelo governo Bernardes em novembro de 1924, relacionada às recomendações da Missão Montagu, foi a transferência de toda a responsabilidade pelo financiamento e controle da sustentação do café para o estado de São Paulo. O encargo financeiro de sustentar os estoques ficou sob a responsabilidade exclusiva dos fazendeiros. Essa decisão contraria as interpretações que atribuem aos interesses do café o controle

absoluto do aparelho de Estado na Primeira República. De acordo com Fritsch, “as mudanças de política econômica de 1924 não podem ser consideradas, de modo algum, como tendo sido favoráveis aos interesses do café ou de São Paulo e, de fato, foram realizadas apesar deles”.

Segundo Fritsch, a opção deflacionista de 1924 teve efeitos desastrosos sobre o desempenho futuro da economia. “A redução de 11% no volume de meios de pagamento efetuada em 1925/26 foi a causa imediata da crise e estagnação que marcaram o período. A produção industrial, que se recuperava fortemente desde 1922, em consequência da proteção extra concedida pelo colapso cambial do início da década e de uma política monetária francamente expansionista, iria estacionar durante 1925/26 ao nível de 1924. O investimento industrial em termos reais, medido por um índice de *quantum* de importações de bens de capital para a indústria, que crescia continuamente desde 1923, sofreria uma redução de nada menos do que 26% em 1926”.

Outra consequência da vinda da Missão Montagu foi o desenvolvimento do cultivo do algodão no norte do Paraná, com a instalação da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations Ltd. Quando a Missão Montagu chegou, em 1924, Lord Lovsat, técnico em agricultura e reflorestamento, adquiriu duas glebas de terra para instalar fazendas e máquinas de beneficiamento de algodão. A novidade introduzida pela Companhia foi a repartição dos terrenos em lotes relativamente pequenos, oferecendo aos trabalhadores sem posses a oportunidade de adquirir os pequenos lotes com formas de pagamento adequadas às condições de cada comprador. A cidade de Londrina, no Paraná, surgiu em 1929 como primeiro posto avançado desse projeto inglês. A criação do município ocorreu em 1934.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: MONTEIRO, N. *Dicionário* (Verbetes Artur Bernardes, v.1); FRITSCH, W. 1924; Londrina convention. Disponível em: <<http://www.londrinaconvention.com.br/suahistoria.aspx>>.